



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul,  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

**Processo nº 0147.001.0005207**

**Requerente: Vereador NELSON BRAMBILA**

**Súmula: "Projeto de Lei que libera alvarás provisórios para empresas instaladas em terrenos com ocupação irregular ou não e dá outras providências."**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de proposição de origem do Vereador Nelson Brambila protocolada nesta Casa através do processo em epígrafe, cujo propósito é submeter à apreciação do Poder Legislativo Municipal o projeto de Lei que **"Projeto de Lei que libera alvarás provisórios para empresas instaladas em terrenos com ocupação irregular ou não e dá outras providências."**

### **PARECER**

Os atos de administração e gestão dos serviços públicos cabem privativamente ao Prefeito, titular do poder de gestão da Administração e, conseqüentemente da direção superior da Administração à vista do que dispõe o inciso II do art. 84 da Carta Magna, aplicável à administração municipal, não sendo cabível a interferência de outro Poder.

O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo.

Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei e transgredir o princípio da divisão funcional do poder.

O anexo V, do Código Tributário Municipal, referido no parágrafo do Artigo 1º, do Projeto de Lei, encontra-se revogado pela Lei Municipal nº 3315 de 2011, que trata de assunto similar ao Projeto em seu artigo 4º.

Por tudo que precede, concluímos que o projeto de lei objeto desta consulta não merece prosperar por representar interferência injustificada do Poder Legislativo na seara do Executivo, por vício formal de iniciativa.



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-060 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul,  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Com as informações pertinentes, deve o processo seguir sua tramitação regimental junto às comissões competentes, para posterior deliberação plenária. É o parecer.

Sapucaia do Sul, 07 de junho de 2016.

É o parecer.

**Alexandre Takeo Sato**  
Advogado - OAB/RS 40.859

*Marta Souza de Lemos Fidellis*  
**Marta Souza de Lemos Fidellis**  
Advogada - OAB/RS 61.104B